

POLÍTICA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE O PROJETO HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA EM RONDÔNIA

Ricardo G. da Costa SILVA¹;
Dorisvalder D. NUNES²;
José Januário de O. AMARAL³;
Maria Madalena C. LACERDA⁴;
Joiada M. da SILVA⁵;
Josélia F. BATISTA⁶

RESUMO: O trabalho tem por objetivo discutir as estratégias do poder público na formulação de grandes projetos para a Amazônia Ocidental, com destaque para o projeto de construção de um complexo hidrelétrico e hidrovial na calha do Rio Madeira, estado de Rondônia. À luz do conceito de políticas territoriais e de globalização, discute-se a natureza enquanto recurso de acumulação capitalista e o território amazônico como *locus* de diversas escalas de interesses.

PALAVRAS CHAVE: Hidrelétrica, Território, Rio Madeira, Amazônia

ABSTRACT: This work has as objective, to discuss public strategy on formulating great projects to Western Amazon area, highlighting the projects of hydro power plant complex, and water way construction along the way of Madeira river at Rondônia State. About the concept of territorial politics and globalization, nature has been discussed as resource of capital accumulation, and the Amazon territory as *locus* of the most several scales of interest.

KEYWORD: Water Way, Territory, Madeira River and Amazon.

A relevância da Amazônia no cenário mundial destaca-se, entre outros temas, por sua dimensão e grande biodiversidade de recursos naturais. Esta visão de

¹ Geógrafo, pesquisador do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental-LABOGEOHPA, professor substituto do Departº. de Geografia da Universidade Federal de Rondônia-Brasil. (rgilson@unir.br).

² Coordenador do LABOGEOHPA e professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia-Brasil (dorisval@unir.br).

³ Pesquisador do LABOGEOHPA e Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia-Brasil (janu@riomar.br).

⁴ Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia-Brasil.

⁵ Geógrafo e pesquisador do LABOGEOHPA.

⁶ Geógrafa e pesquisadora do LABOGEOHPA.

recursos alimenta os sonhos e as possibilidades de uso destes, gerando formas de exploração econômica, assim como, emergem os conflitos entre os diversos atores sociais na busca de sua preservação e/ou conservação.

No plano mundial o debate firma uma linha de conservação, na medida em que toda essa região do planeta, ainda pouco conhecida e alterada, enche de preocupações os atores que fazem leituras sobre sua importância para o equilíbrio global; sua potencialidade a partir do uso de recursos para as indústrias de vanguarda tecnológica, somando-se neste cenário, as recentes estratégias de utilização dos recursos hídricos, visto que a Amazônia possui cerca de um quinto de toda água doce continental do planeta.

No plano nacional o debate se encaminha pela necessidade de construir um processo de desenvolvimento econômico e social capaz de manter a sustentabilidade ambiental, ou seja, sua base física, gerando formas de usos sustentáveis e qualidade de vida, ainda que se visualize sérias incongruências entre os sujeitos, constituindo desse modo, umas das problemáticas basilares no debate sobre a Amazônia, caracterizada na necessidade de como explorar economicamente sem destruí-la.

No bojo do processo, como essência das “visões do paraíso”, tem-se a Amazônia como *recurso* e *capital natural*, que é diferente do que vulgarmente tem sido denominado de recursos naturais. Esta inquietude conceitual reside no plano de que o entendimento sobre essa natureza deriva de vários olhares e de múltiplas paixões, em que se cristalizam as complexidades, contradições e os paradoxos destes olhares e manifestações.

É no âmbito do debate sobre a Amazônia enquanto recurso, que se insere a discussão do Projeto Hidrelétrica do Rio Madeira e seu entorno, caracterizada pelos atores ou agentes econômicos, públicos e sociais, todos agentes políticos, na medida em que vêem o território a partir das suas múltiplas possibilidades de uso.

Território e o Mundo Globalizado: algumas reflexões

Este início de século XXI está marcado, dentre outras questões, pelo advento simbólico que representa para a sociedade a passagem do século, mas, fundamentalmente, pelas características deste novo momento histórico que deriva da revolução técnico-científica e do mundo globalizado, a partir dos quais moldam-

se imperativamente os olhares sobre a compreensão do mundo contemporâneo, (re)significando conceitos, culturas e lugares.

A humanidade vive momentos de intensas transformações em todas as esferas da vida societária, são tempos de acelerações produzidas pela intensidade dos avanços conseguidos pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento de tecnologias apropriadas. Informação, ciência, tecnologia tornam-se híbridos nos diversos produtos da chamada revolução técnico-científica, o que aumenta o fosso, em escala mundo, da produção do conhecimento e sua internalização social⁷.

São processos em escala mundo que globalizam e fragmentam territórios, em que os novos objetos já nascem com um conteúdo em informação, de que lhe resultam papéis diferenciados na vida econômica, social e política: são fluxos de informação superpostos aos fluxos de matéria (Santos, 1991).

O território ganha novas dimensões sociais e políticas derivadas de seu uso e pela crescente artificialização; são dimensões quantitativas e qualitativas e que segundo Santos e Silveira (2001), o território embora já definido em termos de uso pelas sociedades mais tradicionais, apresenta nos últimos 30 anos novos usos, os quais definem descontinuidades nas feições regionais, moldadas por uma modernização excludente, cristalizando novas racionalidades. Neste sentido, entendemos o projeto hidrelétricas do alto rio Madeira como formulação de uma política territorial, que expressa segundo Costa (1991), “toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, ‘uma dada concepção do espaço nacional’, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas”.

Assim, uma das leituras para a compreensão dos acontecimentos e suas interpretações, deve necessariamente passar pelo momento contemporâneo da economia globalizada, que transforma Estados-Nações em economias decadentes ou emergentes e produz uma perversa acumulação das economias centrais ou desenvolvidas. Esse processo em curso denominado por alguns autores de globalização, não está circunscrito apenas a esfera da economia, mas

⁷ É o que revela o Índice de Avanço Tecnológico (IAT) do PNUD. O objetivo desse novo índice é mostrar quão bem um país está criando e difundindo tecnologias entre sua população a fim de criar uma rede de pessoas aptas a usufruir dos avanços tecnológicos. A título de comparação a diferença entre o IAT moçambicano, 0,006 e o finlandês, 0,744, é de mais de 11 vezes. A diferença entre o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da Noruega, e o menor, de Serra Leoa, é de 3,6 vezes. (PNUD, 2001. acessado: www.pnud.org.br/hdr2001 em 10/07/2001)

fundamentalmente, perpassa todas as dimensões da vida humana, sejam elas a da cultura, da política, da ética ou do consumo (Smith, 1996).

Na Amazônia dentre tantos projetos rotineiramente conhecidos na mídia mundial, mais uma dessas universalidades empíricas, derivadas de processos globalizantes, está representada e materializada no projeto de integração fluvial regional⁸ Hidrovia Madeira-Amazonas, há pouco mais de cinco anos inaugurada e que articula um complexo multimodal rodo-hidroviário, permitindo em função da necessidade de diminuição de custos e, conseqüentemente, do imperativo da competitividade mercantil, estabelecer o transporte de produtos agrícolas entre Brasil (destaque para soja do Mato Grosso e recentemente Rondônia) e Europa, sem que os habitantes das regiões e localidades nas quais a Hidrovia atravessa, não usufruam concretos benefícios desse processo.

Para Claval (1987) os processos de ordenamentos territoriais em transformações, só podem ser compreendidos se não separar o espaço da natureza e nem da sociedade, o que implica uma relação dialética onde, para o entendimento da contemporaneidade de alguns dos processos, é necessário um exercício de análise que parta do reconhecimento das mudanças no espaço, induzidas muitas vezes por agentes externos. Esses momentos são de acelerações contemporâneas que estão em todos os espaços com intensidades diferenciadas (Santos, 1994). Essa nova ordem em gestação, com um volume de acelerações de tempos e de espaços em função dos ingredientes que são inseridos no território, ou seja, a tecnificação do território, permite a construção de um meio geográfico técnico-científico-informacional, do qual fala Santos (1996), representado pelo processo denominado de *tecnosfera*, produto da crescente artificialização do ambiente físico e cultural, e *psicosfera*, representado pelas crenças, desejos, vontades ainda não satisfeitas ou plenamente satisfeitas, característico de uma demanda reprimida, sobretudo, de países subdesenvolvidos, periféricos (*Op. Cit.*, 1994).

Em meio a revolução técnico-científica que se desenvolve, sobretudo no pós-guerra, têm-se as transformações do território pelos processos produtivos. O que, há pouco eram lugares distantes e sem quase nenhuma interferência humana, passa a ser objeto de intervenção, derivada das relações sociais e econômicas que proporcionam a construção de novas paisagens. Daí ser a natureza (o conjunto

⁸ Esta é uma articulação que deriva de um plano nacional e latino-americano de integração fluvial pensado no âmbito da Corporacion Andina de Fomento. (CAF, 1998).

biótico e abiótico e suas inter-relações) objeto de apropriação humana, ainda que tais processos sejam só em potência, em intencionalidades não concretizadas, como sugere nosso foco de análise.

A Amazônia brasileira, obviamente, não escapa às transformações em curso. Sua valorização como capital natural e estoque de recursos abre um leque de campo de acumulação para a atuação de frações do capital na região, colocando em relevo o significado material da natureza, definida com um recurso, portanto mercadoria. Segundo Becker (1995), a globalização gerou o conceito de capital natural, na medida em que a questão ecológica é também ideológica, revestindo-se num parâmetro geopolítico em escala mundo. Do ponto de vista eminentemente econômico, capital natural pode ser entendido como o processo no qual “os ativos ambientais – muitas vezes, a própria natureza – são tratados como guardando uma considerável similaridade com as formas manufaturadas ou artificiais de capital” (Lima, 1999).

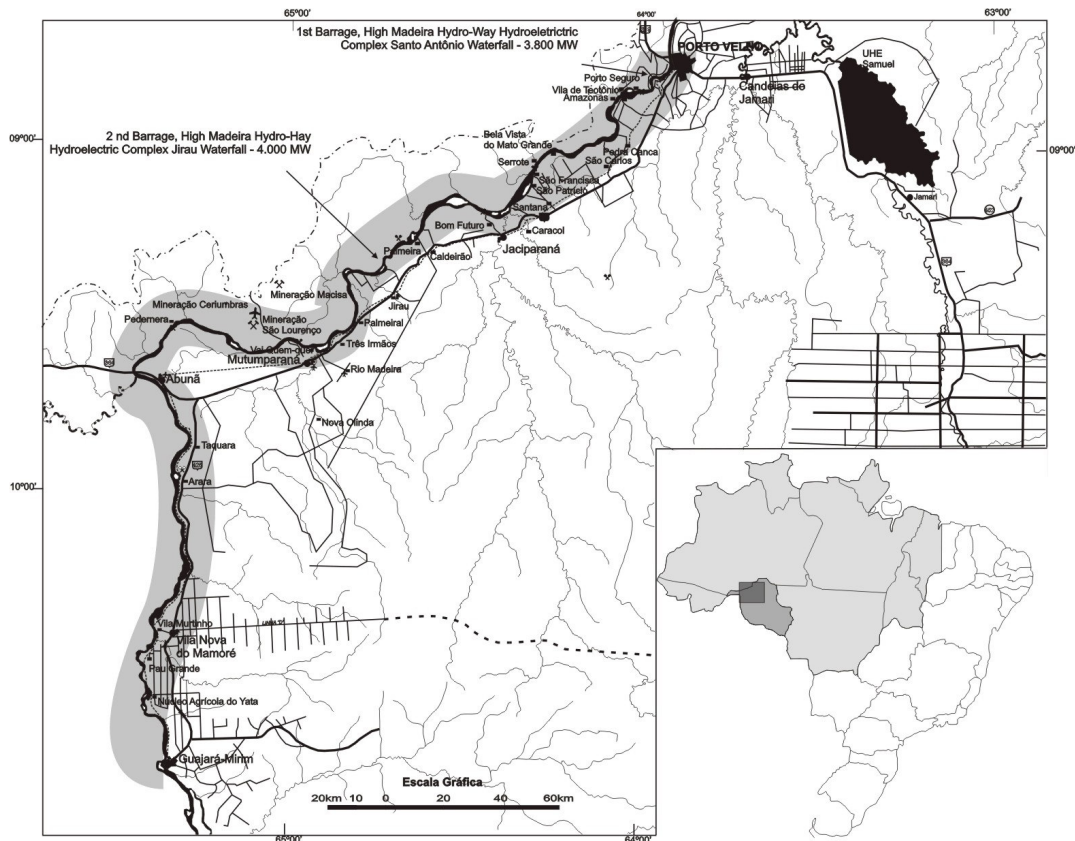
No contexto de construção de vários empreendimentos, a partir da década de 90, tem-se uma apropriação e a transformação de lugares antes “alheios ao mundo”, mas que passam a ser incorporados ao processo produtivo, indicando que a análise deve estar relacionada a diversas escalas, permitindo compreender que a metamorfose do espaço deriva das relações sociais que articulam interesses em diversos níveis e escalas, de modo que o olhar sobre o objeto deve partir dos processos sociais que lhe dão existência, das relações sócio-espaciais que expressam as formas espaciais produzidas pela sociedade, manifestando projetos, interesses, necessidades, utopias (Moraes, 1996) e é nesse contexto que se configura o projeto de construção das hidrelétricas do Rio Madeira em Rondônia.

Hidrelétricas do Rio Madeira: localização e sobreposição de interesses

O Rio Madeira forma-se a partir da confluência dos rios Beni e Mamoré, na altura do distrito de Vila Murinho, Município de Nova Mamoré – Rondônia. Estabelece limite territorial entre Brasil e Bolívia até a foz do rio Abunã, onde adentra o território brasileiro até a sua foz, no rio Amazonas. Está localizado entre os paralelos 10º e 03º Sul e os meridianos 65º e 58º Oeste, nos estados de Rondônia e Amazonas (Japiassu; Valverde; Ferreira, 1979; Rondônia, 1997 e Silva, 1999; Silva et al., 2001 falta joiada). Para compreendermos as diversas propostas do

empreendimento, devemos pontuá-las, visto que são várias e ainda não estão totalmente definidas.

Mapa de Localização da Área do Empreendimento



Cartographic base compiled from the Rondônia Road map (1993), scale 1:1000.000.

Thematic map elaborated with the tech-scientific cooperation between GISCART - Serviços de Cartografia, Topografia e Geodésia Ltda and LABOGEOPIA - Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental - digitalized with Maxicad 32 system, version 3.1.11.22 finalized by Corel Draw 10.

Graphic Art: Luiz Cleyton Holanda Lobato

Num primeiro contexto, historicamente o projeto de interligação fluvial pelo rio Madeira foi pensado desde o período Pombalino, Séc. XVIII (Pinto, 1998). Contudo, essa discussão só seria retomada em fins dos anos 60, a partir dos estudos da Empresa SONDOTECNICA – Engenharia de Solos S.A, realizados em 1971, que previa no Projeto Hidrelétrica do Rio Madeira, a construção de duas eclusas em território brasileiro, localizadas no salto de Santo Antonio e Jirau⁹, com uma capacidade potencial instalada de 1.100.000 KW (Japiassu; Valverde; Ferreira, 1979).

⁹ VALVERDE (1979) informa que a empresa SONDOTECNICA – Engenharia de Solos S.A, sob encaminhamento do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia-ENERAM da empresa ELETROBRÁS, realizou estudo, em 1971, sobre o potencial energético do rio Madeira, em terras Brasileiras. Conclui o mesmo que poderiam ser construídos dois barramentos, sendo eles na cachoeira de Santo Antonio e no Jirau.

A partir de 1997, a empresa INTEROCEAN Engenharia & Ship Management Ltda, considerando os estudos da Empresa SONDOTECNICA e da ELETRONORTE, propôs, ainda que de forma preliminar, um projeto para construção de Usinas Hidrelétricas/Eclusas do Alto Madeira, desta feita com a construção de três barramentos, sendo os mesmos no salto do Jirau e Santo Antônio (território Brasileiro) e, por fim, um barramento na “cachoeira” de Esperanza (território Boliviano), conforme Quadro 1. Embora as discussões tenham perdido forma em 2000, o projeto além da geração de energia, também explicitava o aproveitamento hidroviário à montante de Porto Velho.

Quadro 1 - Potencial Energético do Projeto Hidrovia/Hidrelétrica do Alto Rio Madeira

BARRAMENTOS	COORD. GEOGRÁFICAS	POTÊNCIA INSTALADA (MW)		
		SONDOTECNICA	INTEROCEAN	ELETRONORTE
Cachoeira de Esperanza	10° 35'11,5''S 65°39'53,4''W	-	1.500	-
Cachoeira do Jirau	09° 19'47,8''S 64°43'52,4''W	500	3.500	4.000
Cachoeira de Santo Antônio	08°48'26,6''S 63°53'41,3''W	600	4.000	3.800

Fonte: INTEROCEAN (s/d); ELETRONORTE *apud* Atlas Geoambiental de Rondônia, 2002.

Por fim, depois de 2001, a partir da empresa FURNAS – Centrais Elétricas, as discussões são retomadas culminando na realização do estudo de inventário, para caracterização do potencial energético do Rio Madeira, com o mesmo objetivo de propor a construção de uma Hidrelétrica/Eclusas com a possibilidade de ampliar a Hidrovia Madeira-Amazonas, o que facilitaria o escoamento de grãos do Mato Grosso via a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Esta proposta de construção de um empreendimento Hidroviário/Hidrelétrico com a capacidade instalada para a geração de energia em território Brasileiro de, no mínimo, 7.500 MW¹⁰, constitui-se assim, num dos grandes projetos da Amazônia que sugere mobilizar diversos agentes, sejam eles, Público/Tecnocratas, econômicos ou sociais.

A partir de sua espacialidade, pode-se observar que o empreendimento Hidrovia-Hidrelétrica do Alto Rio Madeira está circunscrito na área de três municípios de Rondônia: Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim (Tabela 1),

¹⁰ A título de comparação a UHE ITAIPU tem a potência nominal de 12.600 MW e a UHE TUCURUI tem a potência nominal de 4.245 MW (IBGE, 1999)

compreendendo a porção Noroeste do Estado, correspondendo a 28,11 % da população rondoniense e a 29,57% da área do Estado, o que nos dá a possibilidade de inferir o montante de atores sociais que serão envolvidos nesta proposta de caráter governamental, cunhada para a Amazônia Ocidental a partir de atores sociais externos à região, como já alertara Santos (1991a).

Tabela 1- Município na área do Empreendimento Hidrovia-Hidrelétrica do Rio Madeira

MUNICÍPIO	Pop.1996	Pop.2000	% Cresc. 1996/2000	% POP./RO	ÁREA (Ha)	% (RO)
Porto Velho	294.220	334.585	3,27	24,28	3.522.718,00	15
Nova Mamoré	13.644	14.769	2,00	1,07	997.696,13	4,25
Guajará-Mirim	36.542	38.012	0,99	2,75	2.422.569,85	10,32
Total	344.406	387.365	--	28,11	6.943.007,98	29,57

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Também se verifica no trecho considerado Alto Madeira (Filho *et al.*, 1999), núcleos político-administrativos (Distritos e Povoados), na área dos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré, correspondendo a um total de 5.820 habitantes que estão sujeitos aos efeitos diretos do empreendimento (Tabela 2).

Tabela 2 - Distritos/Povoados localizados no entorno do Projeto Hidrovia-Hidrelétrica do rio Madeira

DISTRITO/VILA	MUNICIPIO	POPULAÇÃO
Garimpo do Araras	Nova Mamoré	484
Mutum-Paraná	Porto Velho	1.089
Jaci-Paraná	Porto Velho	2.197
Cachoeira do Teotônio	Porto Velho	1.202
Vila de Abunã	Porto Velho	848
Total		5.820

Fonte: IBGE,1996.

Metamorfose do Território: de matéria a recurso

O território, como categoria de análise, deve ser explicitado através de seu uso, ou seja, o território usado na medida em que consideramos “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (Santos; Silveira, 2001, p. 247; Bernardes *et al.*, 2001). O território enquanto formação do espaço constitui derivação de uma ação conduzida por um ator sintagmático, ou seja, dos sujeitos capazes de desenvolverem programas em diversos níveis. De modo que a

apropriação de um dado espaço de forma abstrata ou concreta, estabelece a partir dos diversos atores a territorialização do espaço e, dentro desse raciocínio, o espaço é materializado ou projetado pelo trabalho (energia e/ou informação), revelando como síntese, relações marcadas e mediadas pelo poder (Raffestin, 1993).

Devemos considerar que, ao se elaborar leituras dos fenômenos ou dos diversos processos decorrentes da intervenção humana na natureza, a exemplo do Projeto Hidrelétricas do Rio Madeira, esses se dão num determinado lugar (considerando sua delimitação, localidade), sendo processos espaciais, entendidos como elementos mediatizadores entre processos sociais e organização do espaço (Corrêa, 1996), que decorrem de variáveis internas e externas, em muitas situações mais externas do que internas.

As análises dos fenômenos geográficos *stricto sensu* só podem ser realizadas na medida em que situamos a sua dinâmica social. A problemática ambiental é, em si, uma problemática social, pois, deriva das relações sociais estabelecidas *no* e *do* espaço (Rodrigues, 1994 e 1998). Não estamos, evidentemente, afirmando que o espaço social, prescinde da natureza física, ou do espaço físico. Mas que a análise geográfica, ainda que reconhecendo as suas variadas segmentações, tem como foco as relações sociais que transformam e (re)significam o espaço. A organização do espaço é fruto de um processo histórico e dialético e não há espaço que se modifique sem que se compreenda as relações de produção. São essas relações que pautam a transformação da natureza, de modo que, não há transformação da natureza que não seja produto do trabalho social.

A transformação da natureza pela *práxis* social se processa no espaço e a sociedade ao se apropriar do espaço – seja uma apropriação concreta ou abstrata (pré-ideação) – imprime um processo de territorialização. Assim, não podemos dissociar da compreensão e transformação do espaço a sua materialidade física, a natureza física. Daí a compreensão de Smith (1988) de que os elementos naturais se apresentam como o *substratum material da vida diária* e tornam-se indissociáveis na produção do espaço geográfico. As relações entre sociedade, território e natureza é que nos permitem elaborar uma leitura sobre os significados das múltiplas transformações da Amazônia e sua materialidade técnica, o que pode ser exemplificado a partir do Projeto Hidrovia-Hidrelétricas do Rio Madeira.

A inserção de novos projetos na Amazônia, sobretudo na década de 90, em que pese todo um conjunto crescente de políticas de orientação mais conservacionista, derivam de uma (re)significação que os atores sociais imprimem em suas relações sociais e estas com a matéria-prima e potenciais recursos.

O ambiente amazônico em termos de utilização, metamorfoseia-se em função dos significados que lhe são expressos conforme a dinâmica que a sociedade impõe. Para tanto, não se pode argumentar que a natureza tem um significado universal e totalizante para toda a população que vive na Amazônia, seus sentidos modificam-se no tempo e no espaço, sendo processo de uma interpretação com elementos que articulam a técnica desenvolvida e aprimorada pela sociedade, pelo conhecimento e vivência empírica processual no cotidiano e pelas necessidades da população.

Raffestin (1993) argumenta que a matéria – um dado inerte, puro - e recursos – produção derivada do trabalho - são elementos com significados diferenciados que se metamorfoseiam pelas relações sociais e de trabalho inerente a utilização do território. Para isso, esclarece que:

A matéria (ou substância), encontra-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um 'dado', pois preexiste a toda a ação humana. A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem (...) Assim, uma mudança de prática [humana] constitui uma nova relação para com a matéria, donde resulta a probabilidade de evidenciar novas propriedades. Estando entendido que uma prática, sempre complexa, mesmo a mais rudimentar, é uma seqüência que apela a um ou vários conhecimentos, dos quais alguns surgem na ação, mas outros resultam de uma acumulação anterior atualizada pela memória. Portanto, uma prática não é estável; evolui, ao mesmo tempo, no espaço e no tempo (...) Sem prática, a matéria não é desvendada como campo de possibilidades: sem prática, nenhuma relação com a matéria e, portanto, nenhuma produção. (...) o homem não se interessa pela matéria como massa inerte indiferenciada, mas na medida em que ela possui propriedades que correspondem a utilidades (...) não é a matéria que é um recurso. Esta para ser qualificada como tal, só pode ser o resultado de um processo de produção: é preciso um ator, uma prática ou, se preferirmos, uma técnica mediatizada pelo trabalho e uma matéria. A matéria se torna recurso se sair de um processo de produção...". (Op. cit. p. 223-225)

Resulta, nesta ótica, um entendimento que são as relações humanas e o modo de produção que modificam processualmente a natureza e estabelecem as novas espacialidades das modificações promovidas, via de regra, por atores externos para o atendimento de demandas externas. De modo que a noção de recurso, deriva de

uma ação política, com elementos técnicos e acúmulo de práticas e conhecimentos elaborados numa perspectiva relacional que atuam no tempo e no espaço, onde a Amazônia constitui o principal *locus*.

Considerações Finais

O Projeto Hidrelétricas do Rio Madeira está inserido numa ótica em que a utilização dos recursos naturais tende a potencializar, a priori, economicamente o País e melhorar as condições sociais da população através da oferta de energia, o que estimula novos empreendimentos e incide no aumento da oferta de empregos. O Estado de Rondônia obtém receitas em função, não somente da geração de empregos, que se traduz em impostos de diversas fontes, mas, sobretudo, pelo pagamento de Royalties.

Os dados que veiculados na mídia local, indicam que a geração de divisas anuais está estimada em 2 bilhões e 750 milhões de dólares, o que pode ser ampliado com a materialização de um sistema de eclusas capaz de expandir a navegabilidade da hidrovia do Madeira em mais 4.200 quilômetros (O ESTADÃO, 22/11/2002; ALTO MADEIRA, 22/11/2002).

Empreendimentos deste porte, sempre foram colocados como motores do desenvolvimento, como se intrinsecamente pudessem emergir de um processo lineares e assim, novos empreendimentos surgiriam à revelia dos processos sociais mais regionalizados ou locais. Ocorre que isto não se consolida sem maiores conflitos sociais e que não se garante que os benefícios se internalizem na escala dos impactos negativos.

A natureza política de grandes projetos atende escalas superiores às demandas locais, sendo sua prioridade algo externo às populações que estão nas áreas de abrangência dos empreendimentos. Em geral, os projetos de grande porte são caracterizados pela “escala gigante da construção, da mobilização de capital e de mão-de-obra; pelo caráter de enclave, dissociado do contexto local e conectado a sistemas econômicos mais amplos” (MMA, 1995). Articular em escalas superiores põe em dúvida sobre quais resultados podem ser implementados no espaço local/regional.

Os “sentidos” da Amazônia revelam os diferentes significados que o território tem para com os diversos grupos sociais. Para o grande capital, o território amazônico é uma fronteira de exploração, de acumulação e reprodução de recursos;

para o Estado, representa uma região estratégica para articulação dos processos de ocupação, domínio territorial e potencialização da acumulação de frações do capital e para as “comunidades amazônidas”, ou seja, os indígenas, os ribeirinhos, os seringueiros, os agricultores familiares migrantes, o território amazônico não é somente lugar de exploração de recursos para a sua sobrevivência, mas fundamentalmente, uma morada identificada com valores culturais, com traços paisagísticos muito particulares e um espaço de construção social, em que a relação ultrapassa a noção de recursos naturais, abrangendo uma nova identidade cultural e ética com a natureza.

Essas diferenças de significados do espaço e do território amazônico para os atores sociais geram um volume de conflitos sociais e de exploração irracional da natureza. A lógica de ocupação da Amazônia não se diferencia dos processos de construção territorial na dinâmica sócio-econômica do Brasil. O território sempre foi compreendido pelas elites como reserva de exploração de recursos, em que a natureza (matérias-primas), nesta mesma ótica, aparece sempre como matéria infinita, algo inabalável em seus ecossistemas e, portanto, elemento potencializador de acumulação do capital.

Como política territorial o projeto Hidrelétrica do alto Rio Madeira, emerge como verticalidades, constituindo óticas estranhas às localidades e ao lugar, que operam em escalas nacional e até mundial, produzindo novas formas e configurações espaciais, são os “espaços derivados” (Santos, 1996). A questão reside no olhar para a realidade e no método de análise. O fenômeno e a realidade são os mesmos, apenas o método é que faz a sua leitura. Daí o perigo em, não apreendendo sua complexidade, poder resultar na não compreensão dos processos em análise, ou seja, deformar a realidade, o fenômeno.

Referências Bibliográficas:

BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. *In: Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.

BERNARDES, Adriana *et. all.* O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796], Nº 270, 24 de enero de 2001.

CAF – Corporación Andina de Fomento. *Los Rios nos Unen: integración fluvial suramericana*. Santa Fé de Bogotá, 1998.

CLAVAL, P. *A Nova Geografia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.

- COSTA, W. M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo 3 ed: Contexto, 1991. (Coleção Repensando a Geografia)
- FILHO, P.W. M. S. *et al.* Compartimentação Morfoestrutural e Neotectônica do Sistema Fluvial Guaporé-Mamoré-Alto Madeira, Rondônia-Brasil. In. *Revista Brasileira de Geociências*, Vol. 29, (nº04), Dez.,1999. p. 469-476
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. v. 58, Rio de Janeiro: IBGE,1999.
- IBGE. *Censo Agropecuário - 1995/1996*. Nº02 Rondônia. Rio de Janeiro, 1996.
- INTEROCEAN Engenharia ; Ship Management Ltda. *Projeto Usinas Hidrelétricas/ Eclusas do Alto Madeira (Em Estudos)*.Rio de Janeiro: s/e, s.d.
- JAPIASSU, A. M. S; VALVERDE, O; FERREIRA, N. A. Rondônia e Regiões Vizinhas. VALVERDE, O. *et. all.. A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas*. Vol. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979.
- LIMA, G. T. *Naturalizando o capital, capitalizando a natureza: o conceito de capital natural no desenvolvimento sustentável*. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 74, jun. 1999.
- MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento: subsídios ao planejamento da gestão ambiental*. Brasília: MMA, 1995.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NUNES, D. D. *et. all.* Hidrovia do Madeira e seus impactos no meio ambiente e nas populações humanas do entorno. In: *V Congresso de Ecologia do Brasil: Ambiente e Sociedade*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Ecologia, 2001.
- PINTO, E. P. *Hidrovia do Grão Pará a Mato Grosso: projeto para a integração da fronteira oeste da amazônia colonial entre os rios madeira, mamoré e guaporé (1797-1800)*. Porto Velho: ABG, 1998.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, A . M. A Questão Ambiental e a (re)descoberta do Espaço: uma nova relação sociedade/natureza?. In: *Boletim Paulista de Geografia, nº 73*. São Paulo, AGB – São Paulo, 1994.
- RODRIGUES, A . M. *Produção e Consumo do e no Espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. *Termo de referencia para os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental referentes ao Projeto de construção e operação de um Complexo Hidrovia/Hidrelétrica no alto rio Madeira*. Porto Velho, 1997, (proposta para discussão).
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: *Geografia, Território e Tecnologia. Terra Livre n. 9*. São Paulo: Marco Zero/AGB, 1991.
- SANTOS, M. Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: *Fim de Século e Globalização*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991a.
- SANTOS, M. *O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, M. C. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000.

SILVA, R. G. C *et. all.* Hidrovia/Hidrelétrica do Alto Rio Madeira: Possíveis Conflitos na Gestão Ambiental. In: *8º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Santiago de Chile: Universidade de Chile/ Facultad de Arquitectura y Urbanismo, 2001.

SMITH, G. Teoria Política e Geografia Humana. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH G.(orgs.) *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SMITH, N. *O Desenvolvimento Desigual*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

VALVERDE, O. *et. all.. A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas*. Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979. volume 1.